



FAKE NEWS

“Estamos chegando aos financiadores”

Moraes nega intenção de arquivar inquérito e diz que apuração está perto de descobrir quem banca a divulgação de notícias falsas

» LUANA PATRIOLINO
» VINICIUS DORIA

WERTHER SANTANA/ESTADÃO CONTEÚDO



Moraes na palestra em São Paulo: o ministro disse que o combate à desinformação é o maior desafio do Judiciário nas eleições

Um dos mais sensíveis pontos de atrito entre o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal (STF), o inquérito das fake news seguirá independentemente das pressões políticas para que seja finalizado. O relator do processo, ministro Alexandre de Moraes, disse, ontem, que as investigações estão perto de revelar quem são os financiadores da produção e dos disparos em massa de notícias falsas. “Liberdade de expressão não é liberdade de agressão”, declarou Moraes, em palestra a um grupo de estudantes de uma faculdade paulista.

“A desinformação é tanta que, às vezes, a imprensa tradicional repete fake news. Hoje (ontem), saiu uma notícia que o Supremo quer arquivar o inquérito das fake news. Isso é uma fake news”, frisou. “Não vai arquivar porque nós estamos chegando aos financiadores. A investigação tem seu momento público e o momento sigiloso, que, na maioria das vezes, é mais importante, em que vai custurando as atividades ilícitas que a Polícia Federal está investigando em relação a isso.”

O inquérito das fake news foi aberto em março de 2019, por decisão do então presidente da Corte, ministro Dias Toffoli, para investigar notícias fraudulentas, ofensas e ameaças a ministros do STF. O processo avançou para a apuração sobre a disseminação de mentiras a respeito da segurança das urnas eletrônicas e do sistema eleitoral.

O presidente Jair Bolsonaro (PL) foi incluído na ação como investigado, assim como um dos filhos dele, o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), entre outros políticos. A apuração levará em conta os ataques, sem provas, feitos pelo chefe do Executivo às urnas eletrônicas e ao sistema eleitoral do país.

Segundo Moraes, o combate à desinformação é o maior desafio do Judiciário nas eleições deste



Liberdade de expressão não é liberdade de agressão

Alexandre de Moraes,
ministro do STF

ano. “A verdade é que (em 2018) ninguém esperava isso, ninguém estava preparado. Como disse, o maior erro é subestimar e ficar repetindo ‘só falam para as bolhas’, ah, quem tem cabeça olha, sabe que a notícia é falsa. Não é verdade, é tudo direcionado por algoritmos”, argumentou.

Para evitar uma crise institucional, um grupo de senadores passou a semana articulando uma espécie de proteção política

do Supremo diante dos ataques que partem do Planalto. Entre terça e quarta-feira, Renan Calheiros (MDB-AL), Eduardo Braga (MDB-PA), Marcelo Castro (MDB-PI) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP) conversaram com praticamente todos os ministros do STF, incluindo o presidente da Corte, Luiz Fux. Depois, o grupo se reuniu com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

A ideia do grupo, segundo apurou o **Correio**, é criar uma “barreira de contenção política” para que o debate se dê no palco apropriado. “O STF não pode ficar na linha de frente desse bate-boca, o embate político se faz na arena política, que é o Congresso”, comentou uma fonte que acompanhou os senadores nesses encontros.

As últimas declarações de Pacheco defendendo a lisura do processo eleitoral foram vistas

como uma boa sinalização dessa estratégia. A mesma leitura está sendo feita em relação à postura do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), diante da indicação do deputado Daniel Silveira (PTB-RJ) para integrar cinco comissões da Casa, incluindo a poderosa Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Lira fez chegar a ministros do STF a informação de que Silveira não integrará as comissões. O deputado foi condenado à prisão pelo Supremo, mas recebeu indulto de Bolsonaro.

O inquérito das fake news, comandado por Alexandre de Moraes, ainda é um empecilho a esse esforço político. Parlamentares de várias legendas defendem a tese de que esse processo não deve se prolongar indefinidamente.

“A atuação do Supremo mereceu reparos, o inquérito das fake

news se arrasta por mais de dois anos, muito além dos limites tradicionais do direito brasileiro. O Supremo tem que caminhar para o encerramento do inquérito”, disse ao **Correio** o senador Alessandro Vieira (PSDB-SE), que chegou a apresentar um pedido de impeachment do ministro Moraes, em 2019, quando da instauração do processo. Posteriormente, o próprio Supremo considerou a investigação constitucional.

Vieira defende que o Senado seja a “Casa da ponderação”, que cumpra a função de “pacificar esse cenário por meio da construção de acordos políticos e legislativos”.

“Se eu discordo do Supremo, que permitiu a instauração do inquérito que, na minha visão, é absolutamente arbitrário, o que cabe é mudar a Constituição em um processo legislativo”, destacou.

Ministros defendem urna eletrônica

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse, ontem, que a democracia é um “espaço plural”, mas que não tem lugar para quem busca destruí-la. A declaração ocorreu em um evento do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.

“Na minha visão, e na de todos nós juizes que estamos aqui, a democracia é um ambiente plural, que tem lugar para conservadores, para liberais, para progressistas. Só não tem lugar para quem queira destruí-la”, ressaltou o magistrado. “O Brasil tem muitos problemas. Felizmente, nosso sistema de votação não é um deles.”

Barroso fez defesa enfática da segurança da urna eletrônica e descartou a possibilidade de um ataque hacker ao equipamento. O magistrado também criticou o projeto de lei do voto impresso, derrubado pelo Congresso. Segundo o ministro, a medida teria obstáculos logísticos para sua implementação, como o transporte dos votos — “em um país em que se rouba carga” —, a armazenagem dos comprovantes e a própria contagem manual.

“Não chega nem a estar errada essa ideia. Tem de ter uma categoria nova para essa ideia. Ela é o fim do segredo do voto”, afirmou. “Aí a milícia, o tráfico e o coronel ficam sabendo em quem você votou”, disse.

Também ontem, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Edson Fachin, destacou que o país vive o desafio de “encontrar caminhos pacíficos para enfrentar os seus dissensos” e que a Corte vai atuar em parcerias para combater fake news. “Ao contrário do que se alardeia na selva das narrativas falsas, no terreno sujo da fabulação, a inexistência de fraudes (no sistema) é um dado observável, facilmente constatado”, frisou. (LP)

Bolsonaro nega “peitar” STF

» DEBORAH HANA CARDOSO

O presidente Jair Bolsonaro (PL) admitiu, ontem, que declarações do deputado Daniel Silveira (PTB-RJ) contra o Supremo Tribunal Federal (STF) foram “coisas absurdas”, mas criticou a Corte pela punição imposta ao parlamentar — prisão de oito anos e nove meses e perda dos direitos políticos.

“Não se discute que houve excesso por parte do STF. Um deputado, por mais que tenha falado coisas absurdas, e ninguém discute isso, foram coisas absurdas, a pena não pode ser oito anos e nove meses em regime fechado, perda de mandato”, protestou, em entrevista a uma rádio de Cuiabá.

O chefe do Executivo sustentou que não teve a intenção de desafiar o STF ao conceder indulto a Silveira. “Não quero peitar o Supremo, dizer que sou mais importante, tenho mais coragem, longe disso”, ressaltou. “O que é um indulto ou graça? Se o cara cometeu um crime hediondo, não tem perdão ou graça



Um deputado, por mais que tenha falado coisas absurdas, e ninguém discute isso, foram coisas absurdas, a pena não pode ser oito anos e nove meses em regime fechado, perda de mandato”

Jair Bolsonaro, presidente da República

para ele. O caso da graça está previsto na Constituição, privativo ao presidente da República, quando acontece injustiça, excesso ou questão humanitária.” Ainda segundo Bolsonaro, não caberia a mais ninguém no Brasil “desfazer essa injustiça” contra o deputado.

Silveira foi condenado no inquérito dos atos antidemocráticos por ameaça às instituições e a membros da Corte.

Mendonça

Um dos votos que ajudaram a condenar o deputado foi dado pelo ministro André Mendonça, indicado por Bolsonaro ao Supremo. O entendimento dele causou revolta entre bolsonaristas. O presidente, porém, saiu em defesa do magistrado ontem. Disse que Mendonça tem “princípios” e que “as pessoas ainda vão entender” o que realmente aconteceu naquela sessão.

“Ele foi criticado, bastante criticado, o voto dele. Mas, aos poucos, o pessoal vai entendendo o que realmente aconteceu naquela sessão. Pode ter certeza, André Mendonça é uma pessoa de princípios, uma pessoa religiosa, família, conservador. Tem uma bagagem cultural enorme”, defendeu. “André Mendonça não ficou no meio do caminho. Ficou bem antes, não

EVARISTO SA/AFP



Na quarta-feira, Bolsonaro entregou a Silveira cópia emoldurada do indulto

deu inelegibilidade. Ele deu dois anos de detenção. Seria uma alternativa para uma punição menos injusta.”

No último dia 21, logo após a repercussão negativa, Mendonça

escreveu nas suas redes sociais, que, como cristão, não poderia endossar comportamentos que incitam atos de violência e “como jurista, a avalizar graves ameaças físicas contra quem quer que

seja”. “É preciso separar o joio do trigo, sob pena de o trigo pagar pelo joio. Mesmo podendo não ser compreendido, tenho convicção de que fiz o correto”, publicou no último dia 21.